



MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO
14ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE

NOTA TÉCNICA 001/2025

Justificativa para a Exigência de Contrato entre a Montadora do Motor e a Empresa Encarroçadora nos Equipamentos Licitados

1. Introdução

Esta Nota Técnica tem por objetivo justificar a necessidade da exigência de contrato entre a montadora do motor e a empresa que encarrega os equipamentos a serem adquiridos no presente certame licitatório. Considerando a complexidade técnica dos bens, a exigência visa garantir a qualidade, durabilidade, segurança operacional e atendimento adequado às garantias contratuais, promovendo a melhor aplicação da verba pública.

2. Especificação do Objeto

A licitação prevê a aquisição de viaturas e equipamentos, incluindo:

- Retroescavadeira;
- Carregadeira sobre rodas de médio porte;
- Motoniveladora de médio porte;
- Trator de esteira de médio porte;
- Escavadeira hidráulica sobre esteiras de médio porte;
- Trator agrícola;
- Trator polivalente / Mini carregadeira sobre rodas;
- Veículo Ambulância 4x4;
- Prancha;
- Caminhão cavalo mecânico;
- Caminhão munck;

- Micro-ônibus;
- Veículo hatch;
- Veículo van;
- Veículo sedan;
- Pick-up 4x4.

Tais equipamentos possuem sistemas mecânicos complexos, exigindo compatibilidade entre motores e carrocerias, além de outros componentes funcionais.

3. Fundamentação Legal e Princípios da Licitação

A exigência do contrato entre a montadora do motor e a empresa encarregada da encarrogação fundamenta-se nos princípios da licitação pública previstos na **Lei 14.133/2021**, especificamente em:

- **Eficiência e Eficácia:** A exigência visa garantir que os equipamentos adquiridos apresentem desempenho adequado e sejam plenamente funcionais, reduzindo falhas e custos excessivos de manutenção a longo prazo.
- **Segurança Jurídica e Vinculação ao Edital:** A previsão no edital da exigência busca garantir que todos os concorrentes tenham pleno conhecimento dos requisitos e possam se preparar adequadamente para o fornecimento.
- **Interesse Público e Economicidade:** A administração deve assegurar que os bens adquiridos tenham **qualidade mínima garantida**, evitando gastos excessivos com manutenções corretivas e assegurando a durabilidade dos equipamentos.
- **Planejamento e Transparência:** A exigência é parte de um planejamento estratégico para evitar riscos operacionais e garantir que a execução do contrato ocorra sem entraves decorrentes de instalações inadequadas.

Além disso, a **Constituição Federal**, no artigo 37, inciso XXI, estabelece que:

"Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

O artigo 175 da Constituição Federal reforça essa necessidade ao determinar que:

"Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos."

A **Lei 14.133/2021**, no artigo 55, estabelece que o edital de licitação deve permanecer divulgado por pelo menos **8 (oito) dias úteis**, garantindo um prazo adequado para que os interessados analisem os requisitos do certame e preparem suas propostas:

"Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de: I - para aquisição de bens: a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;"

Adicionalmente, qualquer pessoa pode impugnar o edital dentro do prazo de sua divulgação, conforme o **artigo 164 da mesma Lei**:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

Dessa forma, a legislação garante que qualquer exigência contida no edital pode ser questionada e devidamente analisada antes da realização da licitação, assegurando transparência e ampla concorrência.

Ou seja, a **exigência de qualificação técnica é permitida desde que seja indispensável para assegurar o cumprimento do contrato**. No caso em análise, a comprovação de relação formal entre montadora do motor e a empresa encarregada da encarrotação se enquadra nesta necessidade, pois garante a compatibilidade entre os componentes do equipamento e a manutenção adequada.

4. Justificativa Técnica para a Exigência do Contrato

4.1. Garantia Técnica e Responsabilidade do Fabricante

- O contrato garante que os motores sejam instalados de acordo com as especificações técnicas, evitando falhas e garantindo eficiência operacional.
- A falta de um contrato formal pode comprometer a **garantia de fábrica**, prejudicando a administração caso ocorra alguma falha.

4.2. Compatibilidade e Desempenho dos Equipamentos

- O correto acoplamento do motor ao chassi e à carroceria da viatura é essencial para **eficiência energética, vida útil dos componentes e segurança operacional**.
- A falta do contrato pode resultar em falhas prematuras e necessidade de manutenções onerosas.

4.3. Atendimento às Normas Técnicas e Regulatórias

- A exigência visa garantir que os equipamentos cumpram normas **ABNT, ISO, NR-12 e regulamentos ambientais como o Proconve MAR-I**.

- A montagem inadequada pode comprometer a segurança e a conformidade com normativas do CONTRAN e outras entidades reguladoras.

5. Impacto na Concorrência

- A exigência **não restringe indevidamente a concorrência**, mas apenas qualifica os fornecedores aptos a cumprir com as obrigações contratuais.
- Empresas que já possuem relação com montadoras de motores não serão prejudicadas, garantindo ampla participação no certame.

6. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a exigência do contrato entre a montadora do motor e a empresa encarregada da encarroação é essencial para garantir **segurança, eficiência, economicidade e conformidade técnica**. A medida protege o interesse público ao assegurar que os bens adquiridos estejam plenamente aptos para utilização e que eventuais falhas possam ser resolvidas de forma eficaz, minimizando impactos para a Administração.

Tubarão-SC, 25 de fevereiro de 2025.

HEYTOR DANTAS DE GOES SANTOS – 1º Ten
Especilista em equipamento de Engenharia

DUPERRON CARVALHO PEREIRA NETO -2º Sgt
Especilista em equipamento de Engenharia

BRUNO VINÍCIUS SCHUTZ -2º Sgt
Especilista em equipamento de Engenharia